

REGULAMENTAÇÃO SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL EM FLORIANÓPOLIS: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Eduardo Adercio Pinheiro da Silva, Giovana Albrecht Nogueira, Juliane Pierri Ardigo, Luany Heinz Canazaro Dalla Vecchia, Graziela Dias Alperstedt

INTRODUÇÃO

A partir de uma pesquisa mais ampla que investiga o Ecossistema de Inovação Social voltado ao bem-estar animal em Florianópolis (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020; Alperstedt; Ardigo *et al.*, 2024), este estudo teve como objetivo mapear, por meio de uma perspectiva histórica, o ambiente institucional que envolve as leis municipais relacionadas à regulamentação animal na cidade. Diante disso, buscamos compreender as motivações que orientam essas normativas em resposta a demandas urbanas, bem como investigar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às normas sanitárias e ao bem-estar animal no município.

DESENVOLVIMENTO

Para atingir o objetivo proposto, foram utilizados como fontes de dados os portais oficiais do Planalto - CRFB/88, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, da Câmara Municipal de Vereadores, do JusBrasil e do sítio Leis Municipais. Foram aplicados filtros com os termos: “anima”, visando contemplar ocorrências das palavras-chave animal e animais, além de “espécie”, “fauna”, “semoventes”, “bem-estar” e “biodiversidade”. Os resultados foram organizados cronologicamente no *software* Excel, conforme os critérios de data, número da lei, ementa e endereço eletrônico de origem. Todas as normas identificadas foram cadastradas no sítio do Observatório de Inovação Social de Florianópolis, para reunir e facilitar o acesso aos instrumentos jurídicos sobre o bem-estar animal.

RESULTADOS

As investigações realizadas, com base em registros de acesso público, indicam que a regulamentação da atividade animal no município de Florianópolis remonta à década de 1940. A Lei nº 4/1948, por exemplo, dispunha sobre o funcionamento do depósito municipal e a cobrança de emolumentos por infrações, prevendo tratamento diferenciado para os casos em que o “objeto” fosse classificado como semovente. Nestes casos, o animal poderia permanecer no depósito por até três dias a partir da data de abertura do edital. Pressupõem-se, com base na análise documental, que tal medida tenha representado uma estratégia vantajosa para a administração municipal, uma vez que, quatro anos depois, foi promulgada a Lei nº 127/1952, que previa premiação ao cidadão que capturasse animais soltos em vias públicas. Caso não houvesse comprovação de vínculo afetivo com o proprietário, o animal seria leiloadado em hasta pública. Apenas na década de 1970, observou-se a promulgação de uma legislação mais abrangente: o Código de Posturas do Município de Florianópolis (Lei nº 1.224/1974). Essa norma consolidou diversas disposições legais relativas à circulação de animais em vias públicas e introduziu as primeiras diretrizes voltadas às normas sanitárias e à proteção do bem-estar animal. Ao longo do tempo, essa legislação foi modificada por emendas que ampliaram seu escopo, incorporando temas relacionados à saúde pública e à proteção animal. Nas décadas subsequentes, especialmente em consonância com movimentos políticos nas esferas estadual e federal, observou-se um aumento expressivo na produção normativa municipal relacionada ao bem-estar animal (CFRB/88, Art. 225, § 1º, inciso VII; Lei Federal Nº 9.605/98, Art. 32; Lei Estadual/SC Nº 12.854/2003 – Código Estadual de Proteção aos Animais). Entre os principais

avanços, destacam-se a definição de condutas caracterizadas como maus-tratos e suas respectivas sanções, bem como a instituição de datas e períodos comemorativos voltados à promoção do bem-estar animal, incluindo campanhas de conscientização, adoção de animais em situação de rua e ações promovidas pela Diretoria do Bem-Estar Animal. Além disso, foram regulamentadas parcerias com empresas privadas, campanhas de visitação e programas voltados à arrecadação de recursos por meio da coleta de recicláveis, destinados ao apoio de organizações filantrópicas vinculadas à causa animal.

BREVE ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender as motivações iniciais que orientaram a inclusão dos animais na elaboração das leis municipais da cidade de Florianópolis. Também foi possível identificar, ao longo do tempo, a transição dessas motivações: de uma abordagem que tratava os animais como objetos ou mercadorias, para uma perspectiva que os reconhece como seres sencientes, amparados por normas que preveem sanções severas, tanto de caráter informativo quanto financeiro, diante de infrações cometidas contra seu bem-estar. Outro aspecto relevante observado foi a existência de leis específicas para a concessão de títulos de utilidade pública a organizações da sociedade civil vinculadas à política de bem-estar animal. No entanto, houve limitações quanto à obtenção de informações mais detalhadas sobre a localização dessas entidades, seus responsáveis e as ações por elas desenvolvidas. Essas informações seriam fundamentais para a realização de análises mais precisas acerca da contribuição efetiva dessas organizações na promoção das políticas públicas voltadas à causa animal no município (Tavares, 2007). Ressalta-se que o Poder Público foi formalmente acionado, por meio do Portal da Transparência e da Ouvidoria Municipal, com o intuito de obter esclarecimentos sobre tais organizações e os modelos de parceria firmados. As solicitações de informação protocoladas sob os números 00486.2025.000781-84 e 01300.2025.000648-94, que possuíam prazo de resposta estipulado para 23/06/2025, foram atendidas somente em 23/07/2025. Este atraso de 30 dias revelou, por meio do retorno oficial, a ausência de controle informacional sobre as organizações civis atuantes na causa animal em Florianópolis, bem como a inexistência de parcerias formais com tais entidades. Por fim, tratando-se de leis e regulamentações locais, observa-se a inexistência, até o momento, de um Fundo Municipal específico de apoio à causa animal em Florianópolis. A criação de tal mecanismo legal poderia representar um avanço significativo na consolidação da política de bem-estar animal, ao permitir o direcionamento de receitas próprias para esse fim. Além disso, teria o potencial de possibilitar a efetivação de uma lógica de coprodução do serviço público, ao promover a articulação entre o Poder Público, organizações da sociedade civil e protetores independentes, garantindo maior sustentabilidade às estratégias e ações voltadas à proteção e cuidado dos animais na cidade (Granai, 2002). O fortalecimento da articulação entre os diversos atores sociais engajados na causa animal pode representar uma mudança de paradigma na concepção e execução dos serviços públicos. Essa abordagem transcende o modelo tradicional de provisão governamental exclusiva, incorporando o engajamento comunitário como um pilar fundamental. Tal participação não se restringe à função fiscalizadora das ações governamentais, mas se expande para a reunião de esforços colaborativos que visam à representação fidedigna das demandas urbanas relacionadas ao bem-estar animal (Silva; Massuquetti, 2014).

Palavras-chave: Animal; Fauna; Bem-estar; Política Animal Em Florianópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERSTEDT, Graziela; ARDIGO, Juliane; ROSA, Emanuel; ABREU, Lara; SAVEDRA, Leticia. (2024). **Bem-estar animal nas cidades: uma revisão sistemática de literatura: Animal welfare in the cities: a literature systematic review**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista. 27. 100-127. 10.48075/csar.v27i47.33608.

ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela Dias; GRAEFF, Júlia Furlanetto. **Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 181-200, jan./fev. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/W8HPVFsSQwhNGzRVF6WddxC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 8 ago. 2025>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 ago. 2025>.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF: Casa Civil, 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. **Leis CMF**. Disponível em: <<https://www.camaraflorianopolis.sc.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <<https://www.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GRANAI, Giulia; BORRELLI, Carmen; MORUZZO, Roberta; ROVAI, Massimo. **Between Participatory Approaches and Politics, Promoting Social Innovation in Smart Cities: Building a Hum-Animal Smart City in Lucca**. Sustainability, Basel, v. 14, n. 13, p. 7956, jun. 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/361794380_Between_Participatory_Approaches_and_Politics_Promoting_Social_Innovation_in_Smart_Cities_Building_a_Hum-Animal_Smart_City_in_Lucca>. Acesso em: 8 ago. 2025.

JUSBRASIL. **Diários do Município de Florianópolis**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/municipio/4210/florianopolis>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LEIS MUNICIPAIS. **Legislação de Florianópolis**. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/legislacao/sc/florianopolis>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

OBISF. **Observatório de Inovação Social de Florianópolis**. Florianópolis: UDESC. Disponível em: <<https://observafloripa.com.br>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTA CATARINA. Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003. Institui o Código Estadual e Proteção aos Animais. **Santa Catarina**, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12854_2003_Lei.html>. Acesso em: 14 ago. 2003.

SILVA, Larice da; MASSUQUETTI, Angélica. **Políticas Públicas de Proteção e Defesa dos Animais Urbanos: O Caso de Sapucaia do Sul (RS)**. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 7., 2022, São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2014. p. 1-30.

TAVARES, Everkley. (2007). **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: Dilemas teóricos e pragmáticos**. HOLOS. 1. 120. 10.15628/holos.2005.63.

DADOS CADASTRAIS

BOLSISTA: Eduardo Adercio Pinheiro da Silva

MODALIDADE DE BOLSA: PIBIC/CNPq (IC)

VIGÊNCIA: 05/2025 a 08/2025 – Total: 4 meses

ORIENTADORA: Graziela Dias Alperstedt

CENTRO DE ENSINO: ESAG

DEPARTAMENTO: Departamento de Administração Empresarial

ÁREAS DE CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: Ecossistemas de Inovação Social e Cidades no Brasil

Nº PROTOCOLO DO PROJETO DE PESQUISA: NPP89-2022